CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: Nº 2036/82 - APENSO DREPP 6523/82

INTERESSADO: DELEGACIA DE ENSINO DE REGENTE FEIJÓ
ASSUNTO: CONSULTA SOBRE DISPENSA DAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA DE ORLANDO RAMINELI E ANDRÉ FERRARI.

RELATOR : CONSELHEIRO GÉRSO N MUNHOZ DOS SANTOS

PARECER CEE : Nº 947/83 - CEPG - APROVADO EM 15/06/1983

1. HISTÓRICO:

Encaminhada pela Divisão Regional de Ensino de Presidente Prudente, veio ter a este Conselho a consulta formulada pela Delegacia de Ensino de Regente Feijó a respeito da dispensa de frequência às aulas de Educação Física, de dois alunos da E.E.P.S.G. "Coronel Francisco Khitacker", de Anhuinas, que trabalham e estudam durante o dia.

2. APRECIÇÃO:

A consulta foi formulada em junho de 1982.

Os alunos, a respeito dos quais foi apresentada, consulta ao Conselho Estadual de Educação são os seguintes:

- 1 - Orlando Ramineli, residente no Bairro de Cavado, em Anhumas, matriculado em 1982 na 5ª série do 1º grau, no período da tarde, trabalhador rural, cujo período de trabalho abrange, diariamente, das 6 as 12 horas, nos termos do atestado emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó (fls. 5 o 6 do apenso processo DREPP 6523/82). Segundo o Sr. Diretor da EEPSG "Coronel Francisco Whitacker", Orlando Ramineli, residente nº Sítio Brasília, "tem que percorrer nada mais nada menos do que 06 (seis) KM" até chegar àquela escola,
- 2 - André Ferrari, residente na Fazenda Figueira, em Anhumas matriculado em 1982 na 5ª série do 1º grau, no período da tarde, trabalhador rural, consoante atestado exarado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó, exerce atividades no período das 6 às 12 horas, diariamente (fls. 10 do apenso proc. DREPP 6523/82).

Conforme a direção da EEFSG "Cel. Francisco Whitaker", André Ferrari "reside no Sítio Figueira, situado no Bairro da Batéia e, vindo pelos pastos, tem a necessidade de percorrer nada menos do que 05 (cinco) KM, para chegar até esta unidade escolar".

O artigo 7º da Lei 5692/71 instituiu a obrigatoriedade da inclusão do componente curricular Educação Física no currículo pleno das escolas e o fez nos seguintes termos:

"Art. 72 - Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.

A Lei 6503 de 13 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos do ensino (anexo II), está redigida nos termos a seguir transcritos:

"Art. 1º - É facultativa a prática de Educação Física, em todos os graus e ramos de ensino:

- a) ao aluno de curso noturno que comprove exercer atividade profissional, em jornada igual ou superior a 6 (seis) horas;
- b) ao aluno maior de 30 anos (trinta) anos de idade;
- c) ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em outra situação, comprove estar obrigado à prática de Educação Física na organização militar em que serve;
- d) ao aluno amparado pelo Decreto Lei nº 1044, de outubro de 1969;
- e) ao aluno de curso de pós-graduação e
- f) à aluna que tenha prole (grifos nos-nos).

PROCESSO CEE Nº 2036/82

PARECER CEE Nº 947/83

Diligenciando junto ao Setor de Biblioteconomia e Documentação deste Conselho a Assistência Técnica levantou o Parecer CEE 302/82, que abordou-a consulta formulada sobre a dispensa da prática de Educação Física aos estudantes de cursos diurnos que exerçam atividade profissional paralela, e que deve ser considerado, tendo em vista sua conclusão do pedido formulado pela Sociedade Civil FEBASP S.P., no processo 196/82. Nele, a Câmara de Legislação e Normas, aceitando o voto do Relator, concluiu pela necessidade de se "reiterar a sugestão feita ao Sr. Ministro de Educação e Cultura", no sentido de que seja revista a legislação pertinente a prática de Educação Física.

Ainda que a abordagem tenha sido sobre a situação peculiar, referente ao ensino superior, cabe-nos destacar do Parecer C.F.E. 302/82 uma das considerações do nobre Relator, quando do enfoque dado ao artigo 6º, alíneas "a" e "d" do Decreto 69.450/71, que tratou das isenções possíveis no que se refere a prática de Educação Física. Além daquela citação há que se trazer à baila a seguinte ponderação daquele eminente Relator, "Apenas para exemplificar, o referido decreto admite ser facultativa em qualquer nível de todos os sistemas de ensino, a participação nas atividades físicas programadas, aos alunos do curso noturno que comprovem mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas. Ora, se, o critério das seis horas de jornada é aceitável para os jovens e mesmo para os adolescentes, certamente não o será para os pré-adolescentes situados na faixa etária compreendida entre os 12 e os 14 anos, pois nessa idade o trabalho costuma castigá-los de maneira "bem mais acentuada".

Levantando a jurisprudência relativa a matéria, o Sr. Diretor da EEPSG "Cél. Francisco Whitacker" justificou sua solicitação de dispensa das aulas de Educação Física para os dois alunos, encaminhada à Delegacia de Ensino de Regente Feijó, apresentando os seguintes pontos de vista (fls. 08 e 14 do proc. DREPP 2036/82).

"Sabemos que são inúmeras e imperfeitas as interpretações dadas a casos de dispensa das aulas práticas de Educação Física e o agravante das discussões é que elas nunca se referem ou se preocupam, também, com o outro aspecto, qual seja: " e os alunos que trabalham de dia e estudam também de dia...?"

PROCESSO CEE Nº 2036/82

PARECER CEE Nº 947/83

"Ora, não somos todos iguais perante a Lei, sendo proibida a distinção na aplicabilidade dos dispositivos legais levando-se em conta os aspectos referentes a etnia, sexo, formas de trabalho, religião ou filosofias políticas?

Cabe aqui um famoso conselho dado aos causídicos-
"lutem sempre pelo Direito; quando o direito entrar em confronto com a justiça, lutem pela JUSTIÇA"

A Delegacia de Ensino de Regente Feijó manifestou-se pelo indeferimento ao pedido da dispensa de freqüência às aulas de Educação Física considerando que o requerido padecia de amparo legal.

Abordando a problema específico aqui apontado, à vista do Parecer CEE 302/82, este Relator esposo o ponto de vista adotado por este Colegiado no Parecer C.E.E. 640/82 - A da C.L.N. emitido pelo Cons. Di Dio, uma vez que o mesmo abordou o problema da dispensa de freqüência às aulas de Educação Física, respondendo a uma consulta formulada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial no Estado de São Paulo, nos seguintes

termos: "Nos termos e sob os fundamentos do citado Parecer C.E.E. 233/82 da Comissão de legislação e Normas, por nós relatado, tanto os alunos do curso noturno quanto os alunos do curso diurno que comprovarem, mediante carteira profissional ou funcional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a seis horas podem ser dispensados da freqüência às aulas de Educação Física".
(grifos nossos)

Assim sendo, consoante dispensas já concedidas pelo Conselho Estadual de Educação, como no caso do Parecer C.E.E. nº 233/82, exarado pelo eminente Cons. João Baptista Salles da Silva, manifestamo-nos favoravelmente à dispensa de freqüência as aulas de Educação Física, no caso específico dos alunos Orlando Raminelli e André Ferrari, ambos alunos da E.E.P.S.G. "Cel. Francisco Whitacker" da Delegacia de Ensino de Regente Feijó da DRE de Presidente Prudente.

PROCESSO CEE Nº 2036/82

PARECER CEE Nº 947/83

3. CONCLUSÃO:

Responda-se à consulta da DE de Regente Feijó, DRE-
Presidente Prudente, nos termos deste Parecer.

São Paulo, 04 de maio de 1983

A) Consº Gerson Munhoz dos Santos
Relator

4. CONCLUSÃO:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu
Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Abib Salim Cury,
Amélia Americano Domingues de Castro, Gérson Munhoz dos Santos,
Jair de Moraes Neves e Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 04 de
maio de 1983.

A) Cons. Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unani-
midade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos ter-
mos do Voto do Relator. O Conselheiro Lionel Corbeil apresentou
Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", 15 de junho de 1983.

a) CONS. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE

DECLARAÇÃO DE VOTO

HISTÓRICO:

1. Na sessão plenária de 25/05/83 pedi vista do Parecer do nobre Conselheiro Gerson Munhoz dos Santos que, com fundamento nos Pareceres da Comissão de Legislação e Normas CEE nº 640/82-A e particularmente o Parecer normativo sobre a matéria CLN nº 2333/82-A, dispensa da freqüência às aulas de Educação Física, alunos que estudam no período da tarde e trabalham de 6 a 12 horas (trabalhador rural).

2. Solicitei vista porque neste Conselho existem dois pareceres normativos contraditórios a respeito do assunto de dispensa da freqüência às aulas de Educação Física: O Parecer CEE nº 834/78 e o Parecer CEE nº 233/82-A.

A) O Parecer CEE nº 834/78, de minha autoria o que foi aprovado por unanimidade em 05/07/78 com a seguinte conclusão:

"Responda-se à consulta da Diretora da EESG Padre Antônio Vieira que, enquanto não houver um novo pronunciamento das autoridades federais, a quem compete o caso em tela, os alunos que estudam no período diurno não são dispensados das aulas de Educação Física".

Este Parecer encontrou fundamento em três Pareceres do Conselho Federal de Educação:

I - O Parecer CFE nº 2555/75 do ilustre Conselheiro José Barreto Filho que conclui neste termos:

"O problema não pode ser decidido mediante consulta a este Conselho, nem para a escola consulente em particular. Teria de ser objeto de uma modificação da legislação que incluísse esses casos de dispensa prevista apenas para os cursos noturnos."

II - O Parecer CFE nº 2077/76 da nobre Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz que ao apreciar a indicação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, apresentado pelo Cons. Alpínolo Lopes Casali, concorda tanto com a conclusão do Parecer do Cons. José Barreto Filho como com as considerações do Cons. Casali sobre a injustiça da lei que dá tratamento desigual dispensando de Educação Física somente os alunos que trabalham de dia e estudam à noite, sem consideração para os que trabalham à noite e estudam de dia. A seguir a nobre Relatora declara que participa da opinião manifestada na consulta deste Conselho que "sustenta a conveniência de ser revista e reformulada a legislação pertinente ao ensino e à prática de Educação Física".

III - Chamou ainda mais a minha atenção um Parecer mais recente do Conselho Federal de Educação, publicado no ano passado (1982), Parecer CFE nº 302/82 da CLN, de autoria do ilustre Conselheiro Caio Tácito que opina no mesmo sentido em relação às imperfeições da lei lembrando a indicação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e propondo o reexame da legislação atinente à prática da Educação Física.

B) Por outro lado o Parecer CEE nº 233/82-A, do nobre Conselheiro Renato Alberto T. Di Dio que numa argumentação muito bem fundamentada em grandes juristas como Carlos Maximiliano fez um pronunciamento magistral.

Levando em consideração várias sentenças jurídicas tais como:

"onde houve a mesma razão, deverá haver a mesma norma legal".

"o geral abrange o especial"/ ao qual poderíamos acrescentar o axioma filosófico "o secundário segue o principal", enfim, "ampliam-se as normas favoráveis e restringem-se as odiosas".

Considerando que os pareceres dos Conselhos, tanto Federal como Estadual salientam a injustiça da lei pelo tratamento diferenciados;

O Relator conclui por equidade e até pela lógica que

"tanto podem ser dispensados da prática de Educação Física os alunos que trabalhem de dia e estudam à noite quanto os que trabalham à noite e estudam durante o dia."

De maneira, que votarei favoravelmente com a conclusão do Parecer do nobre Conselheiro Gerson Munhoz dos Santos, como aliás o fizeram em casos análogos, os Conselheiros Di Dio e Jair de Moraes Neves que tinham aprovado na ocasião o meu Parecer.

Por outro lado, acho conveniente que uma Indicação deste Conselho seja dirigida a sua Excia., a Ministra da Educação, no sentido de que seja reexaminada a legislação atinente à prática da Educação Física, de acordo com o Parecer CFE nº 2077/76 da nobre Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz e o Parecer CFE nº 302/82, fazendo ambos referência à consulta deste Conselho.

L. Corbeil

08/06/83